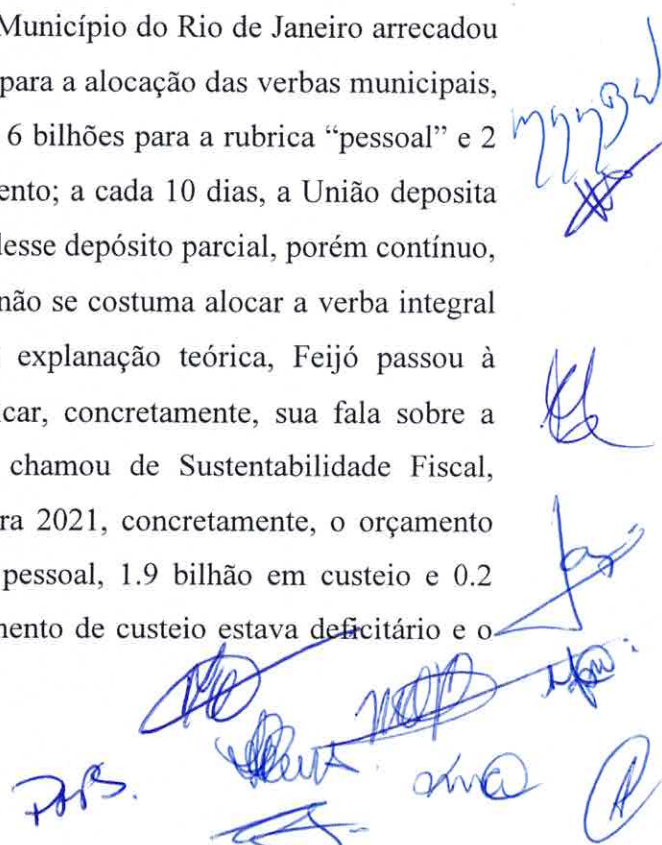


**Ata da reunião entre a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME) e o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE)**

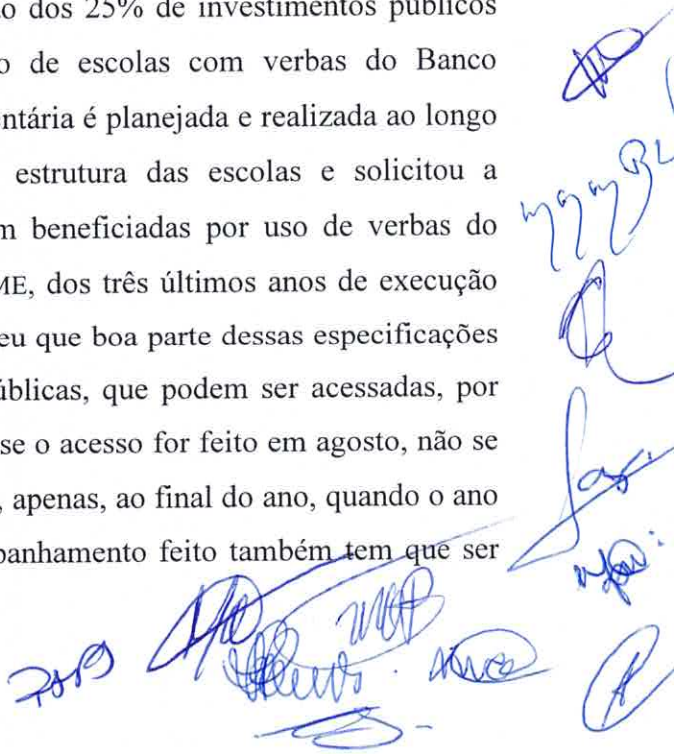
Aos onze dias do mês de janeiro de 2021, com início às 10:30, reuniram-se na sala 344, no nível central da SME, os seguintes participantes, das entidades acima mencionadas: Willmann da Silva (Assessor Especial do Secretário de Educação), Maria de Nazareth Vasconcellos (Assessora Especial do Secretário de Educação), Maria Cristina Lautenschlager Kohn (Secretária Executiva do Conselho Municipal do FUNDEB), Paulo Henrique Feijó (Coordenador de Finanças da SME), Rogério Costa Ramos (Conselho de Responsáveis e Presidente do FUNDEB), Carlos Eduardo Silva Jaspone (Vice-Presidente do Conselho do FUNDEB e representante do Conselho de Diretores da SME), Katia Moura (Secretária Executiva do FMERJ), Hérica Marinati (Coordenadora do FMERJ), Maria Eduarda Quiroga Pereira Fernandes (Direção do SEPE e Representante do SEPE no Conselho do FUNDEB), Samantha Guedes (Coordenadora da Capital do SEPE), Maria Oliveira da Penha (Representante dos aposentados) e Carolina Gagliano (Técnica do DIEESE do SEPE), para tratar da pauta única relativa ao Fundeb. O professor Willmann abriu a reunião expondo que foi solicitada pelo SEPE e passando a palavra para Paulo Henrique Feijó para expor as condições técnicas do Fundeb. Feijó sugeriu uma rápida apresentação e, a seguir, passou para a apresentação, propriamente dita, iniciado por sua formação e atuação profissional (atuou no Conselho inicial do FUNDEF, em Brasília), e disse que iria falar sobre os aspectos técnicos do Fundeb (o que é uma verba pública, formas de alocação orçamentária, como foi constituído o Fundeb etc.). Com o Fundeb, particularmente, atestou Feijó, o Município do Rio de Janeiro arrecadou aproximadamente 3.5 bilhões de reais em 2021 e para a alocação das verbas municipais, a estrutura foi da seguinte ordem (grosso modo): 6 bilhões para a rubrica “pessoal” e 2 bilhões para as rubricas de custeio e de investimento; a cada 10 dias, a União deposita verbas na conta municipal do Fundeb e, em face desse depósito parcial, porém contínuo, e de uma estratégia de administração financeira, não se costuma alocar a verba integral desse fundo para a rubrica “pessoal”. Após a explanação teórica, Feijó passou à apresentação de alguns gráficos, para exemplificar, concretamente, sua fala sobre a situação orçamentária da SME e sobre o que chamou de Sustentabilidade Fiscal, focando, basicamente, a situação do Fundeb. Para 2021, concretamente, o orçamento efetivamente executado foi de 5.9 bilhões com pessoal, 1.9 bilhão em custeio e 0.2 bilhão para os investimentos. Para Feijó, o orçamento de custeio estava deficitário e o







Fundeb acabou salvando a execução orçamentária da SME, ressaltando que, segundo norma constitucional, no mínimo, 70% da verba deste fundo tem que ser gasta com pessoal (até 30% pode ser usado para custeio e investimento) e fechará 2021 na ordem estimada de 72%. Feijó encerrou sua apresentação expondo e falando de questões legais quanto ao uso do Fundeb, como o inciso VI do Artigo 8º que proíbe a majoração de formas de pagamento ao servidor, como, por exemplo, abonos; antes como o Estado, pagaram o abono em dezembro porque foi esta a forma de o Estado complementar o gasto de até 70% com pessoal; o Município do Rio de Janeiro não pagou abono no final do ano porque já tinha chegado aos 70% de uso da verba do Fundeb e não poderia usar mais esta verba, como o Estado, não só pode, como precisou, para cumprir a lei. Feijó encerrou sua apresentação e o professor Willmann retomou a palavra, atestando que um professor de 40 horas no Estado ganha menos do que um professor de 40 horas no Município. Carolina, técnica do Dieese questionou a folha de pagamentos do Município, perguntando se há como separar, do orçamento total, os elegíveis para receberem pelo Fundeb. Feijó respondeu que não há separação por profissionais e disse que, na folha de Recursos Humanos, essa resposta seria possível, embora seja um tanto difícil de ser extraída. Carolina continuou o questionamento, também, sobre as fontes 142 (recursos do Fundeb) e 100 (recursos ordinários do tesouro municipal), e sobre quais profissionais podem receber pelo Fundeb e quais não podem e disse que deseja ter essa informação e Feijó respondeu sobre as fontes originárias de onde advém os recursos para comporem a folha de pagamento, embora, globalmente, não faça, segundo disse, muita diferença e atestou que é impossível expor, em uma folha de pagamento ou em um contracheque, exatamente, o quanto do Fundeb está alocado para tal e qual pagamento. Samantha questionou sobre a questão dos 25% de investimentos públicos municipais em Educação e sobre a construção de escolas com verbas do Banco Mundial. Feijó respondeu que a execução orçamentária é planejada e realizada ao longo do ano. Samantha continuou falando sobre a estrutura das escolas e solicitou a especificação de valores e quais unidades foram beneficiadas por uso de verbas do Fundeb e a explicação de uso, pela Prefeitura/SME, dos três últimos anos de execução orçamentária, no tocante aos 25%. Feijó respondeu que boa parte dessas especificações podem ser obtidas com base em informações públicas, que podem ser acessadas, por exemplo, na página da Prefeitura e mostrou que, se o acesso for feito em agosto, não se verá os 25% porque essa totalização será fechada, apenas, ao final do ano, quando o ano fiscal for concluído. Carolina disse que o acompanhamento feito também tem que ser





feito, como a execução orçamentária, de forma periódica e exemplificou dizendo que houve município que em outubro estava com apenas 8% de execução concluída e perguntando como chegaria aos 25% em apenas 2 meses, mesmo levando-se em consideração rubricas como o 13º salário. Samantha também solicitou o quanto do Fundeb foi repassado para as creches parceiras e Feijó, ao explicar questões como glosa orçamentária (é uma despesa que não é elegível da forma como foi, efetivamente, executada), respondeu que acha que é possível. Penha pegou a palavra para que a situação dos aposentados possa ser considerada e sejam contemplados de modo mais específico e concreto. Samantha solicitou que seja informado ao sindicato os demonstrativos financeiros de execução orçamentária dos valores do Fundeb que foram retirados para parcerias e projetos e Feijó pediu que houvesse uma correção de termos: ao invés de “retirados”, “alocados”. Feijó mostrou alguns demonstrativos para exemplificar como são feitas as alocações orçamentárias. Maria Eduarda disse que dinheiro do Fundeb não pode ser usado para creches parceiras e Feijó respondeu que não foi e disse que, se há verba elegível para cobrir gastos, não há razão para usar verba do Fundeb para cobrir despesas não elegíveis e Samantha solicitou que a Secretaria informe o quanto dos 25% foi usado para essas creches e quantos estudantes foram atendidos. Willmann retomou a palavra e ratificou as palavras de Feijó sobre a situação do Fundeb e, agradecendo a presença dos participantes, encerrou a reunião, às 12:05, com ata lavrada por mim, Carlos Fernando Galvão.

*Carlos Fernando Galvão*

*Maria Cristina Skohz*

*Neuza Ferreira dos Santos Rainaldé*

*Roger Costa Ramos*

*Shata*

*Maria Eduarda Oliveira P. Jernand*

*Conceição Gagliano*

*Willmann*

*Paulo*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

